

## COP30/Especial

Thelma Krug, do comitê científico da COP30: 'Janela para limitar aquecimento global a 1,5°C está se fechando' **P14**



## Média é +

Conscientização e regulação impulsionam programas de diversidade e inclusão em empresas de médio e pequeno porte **B4**



## Agronegócios

Agricultura regenerativa resultou em ganho de 3 milhões de toneladas de cana, diz Felipe Mendes, da Tereos **B9**

Quinta-feira, 9 de outubro de 2025  
Ano 26 | Número 6356 | R\$ 7,00  
[www.valor.com.br](http://www.valor.com.br)

# Valor ECONÔMICO

25 ANOS

## Câmara enterra MP do IOF e impõe derrota ao governo, que vê impacto de R\$ 46 bi até 2026

**Legislativo** Com ação do Centrão, medida que vencia ontem foi derrubada; equipe econômica deve anunciar novas iniciativas para compensar perdas fiscais

Murillo Camarotto, Giordanna Neves e Renan Truffi  
De Brasília

O governo sofreu ontem uma derrota expressiva no Congresso, com a rejeição pela Câmara dos Deputados da medida provisória (MP) alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), considerada fundamental para evitar cortes no Orçamento do ano eleitoral de 2026. A medida unificava a tributação de aplicações financeiras em 18% e mantinha a isenção de títulos como LCIs e LCAs. Ao longo do dia, lideranças de partidos do

Centrão — incluindo governadores — recrutarão apoio contra o texto, com o qual governo esperava arrecadar R\$ 31,5 bilhões e economizar R\$ 15 bilhões até 2026, num total de R\$ 46,5 bilhões.

O Planalto ensaiou uma reação, mas foi derrotado de forma pouco usual. O revés veio por meio da aprovação, por 251 votos a 193, de um requerimento de retirada da MP da pauta. Como a MP perderia a validade ontem, o texto foi enterrado. O prenúncio da derrota apareceu na véspera, com a dificuldade para a aprovação do parecer do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) na comissão mista. Após diversas concessões,

em que o governo abriu mão de cerca de R\$ 3 bilhões, o texto foi aprovado por apenas um voto. Zarattini acusou o Centrão de quebra de acordo, citando votos contrários do Republicanos, União Brasil e PP, além da bancada do agronegócio.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reagiu à derrota nas redes sociais. "O que está por trás dessa decisão é a apostila de que o país vai arrecadar menos para limitar as políticas públicas e os programas sociais que beneficiam milhões de brasileiros. É jogar contra o Brasil." O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tentou costurar um acordo para aprovar a MP,

mas esbarrou na resistência dos principais líderes do Centrão. O maior acusado de atuar contra a MP foi o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que negou ter participado da articulação.

Antes da rejeição da MP, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que, se a proposta não passasse, o governo buscaria alternativas para manter os compromissos fiscais. Segundo técnicos do governo, uma nova MP pode ser editada, ou até mesmo o envio de um projeto de lei em caráter de urgência. Também podem ser adotadas novas medidas administrativas para corrigir distorções. **Páginas A14 e A16**

## Israel e Hamas assinam 1ª fase de acordo de paz

Agências internacionais

Israel e Hamas assinaram ontem, no Egito, a primeira fase do acordo proposto pelos EUA para alcançar um cessar-fogo na Faixa de Gaza. "Isso significa que todos os reféns serão libertados em breve e Israel retirará suas tropas para uma linha acordada, como os primeiros passos na direção de uma paz sólida, longa e duradoura", escreveu o presidente americano, Donald Trump, em sua rede social. "Todas as partes serão tratadas com justiça", completou. O premiê israelense, Benjamin Netanyahu, disse que convocará hoje seu gabinete para aprovar o acordo. O Hamas, por meio de porta-voz, também disse ter alcançado um "acordo para acabar com a guerra", pedindo a Israel "que o implemente". **Página A21**

## 'Criamos um sistema tributário mais eficiente'

Jéssica Sant'Ana, Lu Aiko Otta e Beatriz Olivon  
De Brasília

O novo sistema de tributos sobre o consumo vai surpreender as empresas por sua simplicidade, diz o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Em entrevista ao *Valor*, ele afirma que haverá ganhos de eficiência que resultarão em "redução de carga tributária para o bom pagador e aumento de carga para o mau pagador". De malas prontas para retornar a São Paulo, com a conclusão da parte legislativa da reforma e a extinção da secretaria (Sert) que hoje lidera, Appy se declara satisfeito com o resultado. "Estamos criando um sistema tributário mais justo e mais eficiente." **Página A6**



Bernard Appy: "Estamos criando um sistema tributário mais justo e mais eficiente, em todos os sentidos, nas suas múltiplas dimensões"

## Destaque

### UE detalha salvaguarda ante Mercosul

A União Europeia detalhou ontem as salvaguardas propostas para evitar que o acordo com o Mercosul eleve as importações de produtos agrícolas e afete os produtores rurais europeus. Investigação sobre importações poderá ser aberta se o preço do produto sul-americano for ao menos 10% mais baixo que o produzido na Europa. A medida já era esperada desde setembro, como forma de dobrar a resistência da França à aprovação do acordo. **B10**



### Indicadores

Ibovespa	8/out/25	0,56 %	R\$ 199 bi
Selic (meta)	8/out/25	15,00%	ao ano
Selic (taxa efetiva)	8/out/25	14,90%	ao ano
Dólar comercial (BC)	8/out/25	5,3421/5,3427	
Dólar comercial (mercado)	8/out/25	5,3435/5,3441	
Dólar turismo (mercado)	8/out/25	5,3696/5,5496	
Euro comercial (BC)	8/out/25	6,1995/6,2013	
Euro comercial (mercado)	8/out/25	6,2147/6,2153	
Euro turismo (mercado)	8/out/25	6,2910/6,4710	

## Investimentos



A alta dos juros e a desvalorização do dólar diminuíram a atratividade dos investimentos no exterior e reduziram o interesse do brasileiro em enviar recursos para fora do país.

diz Christiano Clemente, diretor-executivo de investimentos do Santander Private Banking. "Prefiro a renda fixa nesse momento à renda variável nos EUA." **Página C6**



## Agronegócios

Agricultura regenerativa resultou em ganho de 3 milhões de toneladas de cana, diz Felipe Mendes, da Tereos **B9**

Victor Rezende e Bruna Furlani

## Juro real de longo prazo se mantém em nível elevado

De São Paulo

O comportamento dos juros dos títulos do Tesouro atrelados à inflação desloca do bom desempenho de outros ativos brasileiros ao longo deste ano, refletindo em especial as incertezas sobre as contas públicas. As taxas desses papéis pouco caíram em 2025: os juros das NTN-Bs com vencimento em agosto de 2050, por exemplo, recuaram de 7,46% ao ano na virada do ano para 7,33% ontem. Nesse período, o Ibovespa subiu 18,2%, o dólar teve queda de 13,5% e a taxa do contrato de DI para janeiro de 2035 baixou de 14,94% para 13,74%.

Medida importante do juro real (descontada a inflação) de longo prazo, a taxa das NTN-Bs está elevada pelo risco fiscal do país. Além disso, pesam a emissão de um volume alto desses papéis pelo Tesouro e a competição com títulos de crédito privado, boa parte dos quais é isento de Imposto de Renda. Essa combinação mantém as taxas dos papéis atrelados à inflação em níveis elevados. **Página C1**

## As melhores empresas para trabalhar no país

Marisa Adán Gil  
Época Negócios, de São Paulo

As 175 vencedoras do prêmio Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil 2025 foram homenageadas ontem, em São Paulo, em evento realizado pelo *Valor*, Época Negócios e Great Place to Work (GPTW). Entre as companhias com mais de 10 mil funcionários, as três primeiras colocadas foram Síredi, Magazine Luiza e Gazin. Na categoria grandes empresas (entre 1 mil e 9,9 mil funcionários), as líderes foram Novo Nordisk Produção Farmacêutica, Tokio Marine e Fundimisa. Entre as médias (100 a menos de mil empregados), os destaques foram Visagio, Flexiform e BHS. **Página B6**

JHSF INTERNATIONAL  
FASANO  
Las Piedras  
PUNTA DEL ESTE - URUGUAY  
ONDE O MUNDO SE ENCONTRA PRA SE ESQUECER DO MUNDO.  
VEJA NA PÁG. A5.

**Comércio exterior** Venda de itens produzidos da taxação extra de Donald Trump sobe em setembro, puxada por petróleo e derivados

# Exportação de itens tarifados pelos EUA cai 26%, diz Amcham

De São Paulo

As altas taxas de importação que os EUA estão impondo a uma série de produtos do Brasil fizeram despencar pelo segundo mês seguido as vendas desses itens para o mercado americano.

As tarifas de 50% a uma lista de produtos brasileiros — entre os quais carne e café — começaram a valer em 6 de agosto. No fim de agosto, as exportações dos produtos taxados recuaram 22,4% em comparação com agosto de 2024. Em setembro, o recuo foi de 25,7%.

O dado foi divulgado nesta quarta-feira (8) pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) em seu Monitor do Comércio Brasil-EUA do terceiro trimestre. As exportações brasileiras que estão livres das tarifas registraram aumento em setembro de 12,3%. As vendas foram puxadas pela venda de petróleo e derivados — carro-chefe das vendas do Brasil para os EUA.

O governo americano, sob o presidente Donald Trump, vem apostando em tarifas de importação contra produtos de dezenas de países. As alíquotas têm sido usadas como forma de pressionar parceiros comerciais a reduzirem barreiras a produtos americanos. Mas também como tentativa de barganha em torno de pautas não comerciais.

No caso do Brasil, uma das justificativas iniciais foi o descontentamento da Casa Branca com o processo pela trama golpista contra o ex-presidente Jair Bolsonaro — a quem Trump via como um aliado ideológico.

Dois países, Brasil e Índia, estão entre os mais taxados pelos EUA atualmente. Ambos com produtos numa lista de alíquota de 50%. No caso da Índia, a demanda americana é que o país interrompa as importações de combustível da Rússia.

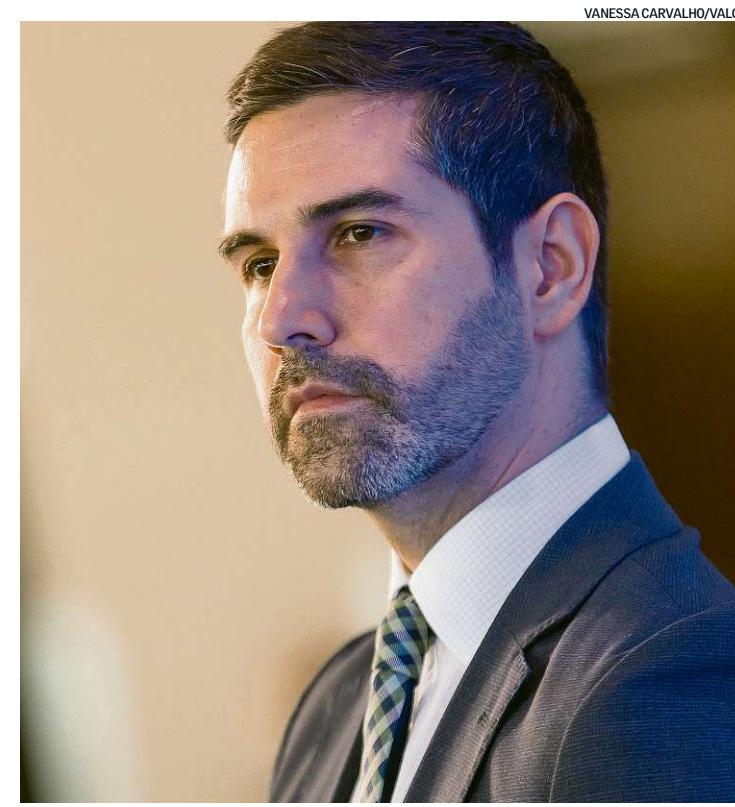
As relações entre Brasil e EUA começaram a mudar de direção no fim de setembro, quando Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontraram rapidamente em Nova York, durante Assembleia Geral da ONU.

Os dois combinaram de agendar uma conversa — que ocorreu na segunda-feira (6). Ao fim do telefonema, os dois presidentes fizeram comentários positivos sobre futuras negociações.

Nesta quarta-feira, por meio de nota, o CEO da Amcham, Abrão Neto, afirmou: "Os dados de setembro reforçam o impacto das tarifas sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos. Produtos sujeitos às sobretaxas registraram uma retração de [quase] 26%, que pode se intensificar nos próximos meses. Nesse cenário, o avanço das negocia-

**"Negociação será fundamental para reequilibrar o comércio"**

**Abrão Neto**



VANESSA CARVALHO/VALOR

naro — a quem Trump via como um aliado ideológico.

Dois países, Brasil e Índia, estão entre os mais taxados pelos EUA atualmente. Ambos com produtos numa lista de alíquota de 50%. No caso da Índia, a demanda americana é que o país interrompa as importações de combustível da Rússia.

As relações entre Brasil e EUA começaram a mudar de direção no fim de setembro, quando Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontraram rapidamente em Nova York, durante Assembleia Geral da ONU.

Os dois combinaram de agendar uma conversa — que ocorreu na segunda-feira (6). Ao fim do telefonema, os dois presidentes fizeram comentários positivos sobre futuras negociações.

Nesta quarta-feira, por meio de nota, o CEO da Amcham, Abrão Neto, afirmou: "Os dados de setembro reforçam o impacto das tarifas sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos. Produtos sujeitos às sobretaxas registraram uma retração de [quase] 26%, que pode se intensificar nos próximos meses. Nesse cenário, o avanço das negocia-

cões entre os dois governos será fundamental para reequilibrar o comércio bilateral".

Por enquanto, apesar da queda acentuada das exportações brasileiras dos produtos taxados, as exportações totais do Brasil para os EUA (incluindo os produtos isentos de alíquotas) ficaram praticamente no mesmo patamar que as registradas entre janeiro e setembro de 2024.

Entre janeiro e setembro deste ano, as vendas do Brasil para os americanos foram de US\$ 29,2

bilhões, queda de 0,6%.

A比较ação das exportações brasileiras para outros mercados indica que, não fossem as alíquotas, as vendas para os EUA poderiam ter ficado no azul. As exportações para os vizinhos do Mercosul cresceram 35,9%, para União Europeia, 1,3%.

Em relação às importações de produtos americanos pelo Brasil, os números de janeiro a setembro chegaram a US\$ 34,3 bilhões, 11,8% a mais do que o mesmo período do ano passado.

o governo federal e parcelamentos em até 30 anos. Além disso, o programa permite a transferência de ativos para a União, como empresas estatais.

O decreto permite ainda que Estados apresentem o pedido de adesão ao Propag mesmo sem ter concluído certas etapas, como a aprovação de leis estaduais autorizativas ou apresentação de laudos de avaliação dos ativos.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) afirmou ao **Valor** ter atuado junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para garantir que o decreto fosse publicado de forma a evitar privatizações em Minas Gerais.

Ele também afirmou que continua trabalhando no sentido de que haja a federalização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codegem) para transformá-la em uma empresa nacional de terras raras e minerais críticos. "Este seria o principal ativo utilizado para abater dívida", acrescentou.

O Propag é uma tentativa do governo federal de reestruturar o endividamento crônico dos estados brasileiros, instituído pela Lei Complementar nº 212/2025, sancionada em 13 de janeiro de 2025, mas foi proposto por iniciativa do então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Os números indicam que a soma das dívidas estaduais é de R\$ 1,2 trilhão. Minas, Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, os maiores devedores do país, respondem por 90% do total.

Um dos principais pilares do programa é a vinculação de até 60% dos juros da dívida a investimentos em educação técnica e profissionalizante integrada.

## Com baixa adesão, União estende por um ano prazo do Propag

Giordanna Neves e  
Guilherme Pimenta

De Brasília

O governo federal e parcelamentos em até 30 anos. Além disso, o programa permite a transferência de ativos para a União, como empresas estatais.

O decreto permite ainda que Estados apresentem o pedido de adesão ao Propag mesmo sem ter concluído certas etapas, como a aprovação de leis estaduais autorizativas ou apresentação de laudos de avaliação dos ativos.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) afirmou ao **Valor** ter atuado junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para garantir que o decreto fosse publicado de forma a evitar privatizações em Minas Gerais.

Ele também afirmou que continua trabalhando no sentido de que haja a federalização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codegem) para transformá-la em uma empresa nacional de terras raras e minerais críticos. "Este seria o principal ativo utilizado para abater dívida", acrescentou.

O Propag é uma tentativa do governo federal de reestruturar o endividamento crônico dos estados brasileiros, instituído pela Lei Complementar nº 212/2025, sancionada em 13 de janeiro de 2025, mas foi proposto por iniciativa do então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Os números indicam que a soma das dívidas estaduais é de R\$ 1,2 trilhão. Minas, Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, os maiores devedores do país, respondem por 90% do total.

Um dos principais pilares do programa é a vinculação de até 60% dos juros da dívida a investimentos em educação técnica e profissionalizante integrada.

CONTEÚDO PATROCINADO POR



## Como empresas usam seguros simples para oferecer crédito mais acessível

Com soluções adaptáveis e integradas à jornada digital, o seguro prestamista reduz riscos tanto para as companhias quanto para seus clientes

**C**om a manutenção dos juros em padrões elevados, em fevereiro, o custo médio do crédito livre disponibilizado pelos bancos chegou a 43,7% ao ano, segundo o Banco Central. Existe uma maneira de administrar essa situação: para muitos consumidores, o seguro pode representar uma alternativa simples e acessível.

Uma modalidade, em especial, atua como uma aliada capaz de proteger todos os envolvidos. Trata-se do seguro prestamista, que oferece proteção em caso de morte, invalidez ou desemprego involuntário.

Dessa forma, proporciona segurança contra a dificuldade para honrar com os compromissos financeiros para as pessoas físicas, com benefícios claros também para as pessoas jurídicas. O seguro prestamista representa uma oportunidade para todos os tamanhos de empresas e fintechs, por exemplo. O seguro prestamista não é apenas mais um produto e, sim, uma estratégia de gestão de risco e expansão.

**PARCERIA PRODUTIVA**  
O seguro prestamista contribui para a estabilidade do sistema financeiro ao proteger operações de crédito como empréstimos, cartões e consórcios. E, por ser diluído nas parcelas, oferece uma forma acessível de cobertura ao cliente. Não por acaso, a opção já representa 28% dos prêmios do segmento de pessoas e, em 2024, cresceu 21,3% em relação ao ano anterior. A CNP Seguradora está atenta a esse contexto.

A CNP Seguradora integra o grupo francês CNP Assurances — uma das maiores seguradoras da Europa e a quarta maior seguradora no Brasil, com presença em 19 países e mais de 50 milhões de segurados. No Brasil, a CNP Seguradora atua estrategicamente no modelo B2B2C white label, no qual desenvolve e opera soluções personalizadas e estratégicas de marca próprias.

Com uma estrutura tecnológica integrada, a CNP viabiliza a oferta de produtos de proteção de forma fluida e eficiente — ampliando o portfólio dos parceiros e

seguros, consórcios, capitalização e planos odontológicos, combinando inteligência de produto, tecnologia, precificação, regulação e gestão integral da operação.

Seu modelo é adaptável às particularidades de cada parceiro e canal de distribuição, permitindo jornadas personalizadas e experiências de marca próprias.

Com uma estrutura tecnológica integrada, a CNP viabiliza a oferta de produtos de proteção de forma fluida e eficiente — ampliando o portfólio dos parceiros e

fortalecendo sua presença junto ao cliente final.

Para os parceiros, nesse modelo, há ganhos de percepção de marca na medida em que aumentam seu portfólio e serviços oferecidos aos seus clientes. Há uma redução dos riscos operacionais na concessão de crédito com o seguro prestamista, e há aumento de receita gerada pela comercialização desses seguros dentro da parceria.

Mais do que uma provedora de seguros, a CNP é uma parceira estratégica

na construção de portfólios robustos, acessíveis e alinhados às necessidades de públicos amplos — especialmente das classes média e baixa. Nesse contexto, o seguro prestamista se destaca como uma alavancinha importante para a democratização do crédito. Ao mitigar o risco de inadimplência, ele fortalece a concessão de crédito responsável e amplia a margem de atuação de empresas que desejam gerar novas fontes de receita com soluções relevantes e de fácil adesão.

Nesse contexto, o seguro prestamista pode representar um diferencial competitivo para ampliar a concessão com proteção embutida e fácil adesão. Por ser simples, automático e white label, o modelo da CNP se adapta aos canais de distribuição de crédito das empresas, o que favorece operações em escala e com alto volume de transações.

ACESSE O QR CODE E SAIBA MAIS SOBRE O MODELO DE PARCERIA DA CNP



GETTY IMAGES

### FOCO NO FUTURO

A integração entre a seguradora e o parceiro é simples. A volumetria é elevada e envolve soluções inovadoras que ampliam a escala e reduzem riscos nas mais diversas formas de concessão de crédito — como o exemplo do crédito consignado privado, que tem se expandido como alternativa ao modelo tradicional atrelado ao INSS ou ao setor público — e já é oferecido aos colaboradores por 45% das empresas privadas.

Ainda no segundo semestre deste ano, a solução deve ser impulsionada pela implementação oficial do pix parcelado. Com a chegada dessa opção, os ofertantes de crédito vão contar com uma nova alternativa para atrair e reter consumidores. Por outro lado, estarão mais expostos a riscos.

Nesse contexto, o seguro prestamista pode representar um diferencial competitivo para ampliar a concessão com proteção embutida e fácil adesão. Por ser simples, automático e white label, o modelo da CNP se adapta aos canais de distribuição de crédito das empresas, o que favorece operações em escala e com alto volume de transações.

PRODUZIDO POR G lab